

ÍNDICE GERAL

SIGLAS	7
Nota Prévia à 7ª Edição	11
PARTE INTRODUTÓRIA – O DIREITO DA INSOLVÊNCIA	13
§1 O Direito da Insolvência	13
§2 Os instrumentos judiciais, híbridos e extrajudiciais	17
§3 Fontes	19
§4 Ordem de sequência	21
PARTE I – O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	23
CAPÍTULO I – Pressupostos da Declaração de Insolvência	23
§1 Pressuposto subjetivo	23
§2 Pressuposto objetivo	26
1. A insolvência do devedor	26
2. A insolvência de entes especiais	28
3. A insolvência iminente	31
4. Os índices da situação de insolvência	32
CAPÍTULO II – A FASE DECLARATIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	37
§1 Aspectos gerais	37
§2 Legitimidade ativa	38
1. O devedor	38
2. Os responsáveis legais, os credores e o Ministério Público	42
3. O administrador judicial provisório	46

§3 Petição inicial	46	2. Convocação e funcionamento	88
1. Requisitos	48	3. Direito de voto	89
1.1. Pedido apresentado pelo devedor	48	4. Deliberações	90
1.2. Pedido apresentado por outros legitimados	48	5. Poderes e funções	91
2. apreciação liminar do pedido de declaração de insolvência	49	6. A assembleia de apreciação do relatório	92
2.1. Indeferimento liminar do pedido	49	6.1. Funções	92
2.2. Despacho de correção de vícios	50	6.2. Dispensa da sua realização	93
2.3. Declaração imediata de insolvência	50	§3 A comissão de credores	95
2.4. Despacho de citação	51	1. Nomeação	95
2.4.1. Regime jurídico	51	1.1. Nomeação pelo juiz	95
2.4.2. Efeitos	52	1.2. Intervenção da assembleia de credores	96
§4 Oposição do devedor	54	2. Funções, poderes e funcionamento	96
§5 Audiência de discussão e julgamento	56	3. Responsabilidade dos seus membros	97
§6 Sentença de declaração de insolvência	57		
1. Conteúdo	57	CAPÍTULO IV – OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	98
1.1. Conteúdo-regra	57	§1 Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	98
1.2. Casos especiais	59	1. Efeitos automáticos	100
1.2.1. A insuficiência da massa insolvente	59	1.1. Efeitos pessoais	101
1.2.2. O plano de pagamentos	61	1.1.1. Dever de apresentação	101
2. Notificação e citação	61	1.1.2. Dever de informação e de colaboração	102
3. Registo	64	1.1.3. Fixação de residência	102
4. Meios de reação	65	1.1.4. Efeitos jurídico-familiares	106
4.1. Oposição de embargos	66	1.1.4.1. O exercício do cargo de tutor, vogal do conselho de família e protutor	106
4.1.1. Legitimidade ativa	66	1.1.4.2. O exercício do cargo de administrador de bens	107
4.1.2. Processamento	66	1.1.4.3. O caso particular do exercício das responsabilidades parentais	108
4.2. Recurso	68	1.1.5. Efeitos jurídico-políticos	110
§7 Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	69	1.2. Efeitos patrimoniais. A privação dos poderes de disposição e de administração	111
1. Notificação, publicação e registo	69	1.2.1. Âmbito de aplicação	112
2. Impugnação	69	1.2.1.1. Âmbito subjetivo	112
3. Responsabilidade por pedido infundado	70	1.2.1.2. Âmbito objetivo	113
		1.2.1.3. Âmbito funcional	118
CAPÍTULO III – OS ÓRGÃOS DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	71	1.2.2. Suprimento	121
§1 O administrador da insolvência	72	1.2.3. Violação	122
1. Nomeação e destituição	72	1.2.4. Pagamento de dívidas à massa	126
2. Estatuto e funções	77	1.2.5. Desvios	127
3. Remuneração	81	1.2.6. Natureza jurídica	128
4. Dever de informação e de prestação de contas	83	1.3. Efeitos sobre os órgãos sociais do devedor	134
5. Responsabilidade	85		
§2 A assembleia de credores	87		
1. Composição	87		

2. Efeitos eventuais	134	2.3.6. Possibilidade de convalidação do incidente limitado em incidente pleno e vice-versa	182
2.1. Direito a alimentos	135	§2 Efeitos processuais externos da declaração de insolvência	182
2.2. Efeitos jurídico-penais	142	1. Introdução	182
2.2.1. O crime de insolvência dolosa	143	2. Efeitos sobre as ações declarativas	183
2.2.2. O crime de frustração de créditos	145	2.1. Destino das ações	183
2.2.3. O crime de insolvência negligente	146	2.1.1. Regime jurídico	183
2.2.4. O crime de favorecimento de credores	147	2.1.2. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 1/2014	185
2.3. Efeitos dependentes da qualificação da insolvência como culposa	148	2.1.3. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 5/2018	188
2.3.1. Introdução	148	2.2. A substituição processual do insolvente	190
2.3.2. Insolvência culposa	149	3. Apensação de processos de insolvência	191
2.3.2.1. Noção	149	4. Efeitos sobre as ações executivas	193
2.3.2.2. Presunções legais	151	5. Efeitos sobre as convenções arbitrais	198
2.3.2.2.1. As presunções do n.º 2 do artigo 186º	152	6. Efeitos sobre as dívidas da massa insolvente	199
2.3.2.2.2. As presunções do n.º 3 do artigo 186º	155	7. Efeitos sobre as ações previstas no art. 82º	200
2.3.3. Efeitos da qualificação da insolvência como culposa	157	8. Direito Internacional	201
2.3.3.1. Introdução	157	§3 Efeitos sobre os créditos	202
2.3.3.2. Inibição para administrar património de terceiro	158	1. Vencimento imediato de dívidas	202
2.3.3.2.1. Regime jurídico	158	2. Compensação	203
2.3.3.2.2. Consequências da sua violação	160	3. Prazos de prescrição e de caducidade	205
2.3.3.3. Inibição para o exercício do comércio	160	4. Contagem de juros	206
2.3.3.4. Obrigação de indemnizar	163	§4 Efeitos sobre os negócios em curso	206
2.3.3.4.1. Regime jurídico	163	1. Princípio geral	207
2.3.3.4.2. Responsabilidade societária versus responsabilidade insolvencial	167	1.1. Âmbito de aplicação	207
2.3.3.5. Inabilitação	168	1.2. Regime jurídico	208
2.3.3.5.1. Regime jurídico	168	1.2.1. Enquadramento legal	208
2.3.3.5.2. Inconstitucionalidade	171	1.2.2. As opções do administrador da insolvência	210
2.3.4. O incidente pleno de qualificação	173	2. Prestação de coisas infungíveis e prestações fracionadas	211
2.3.4.1. Tramitação	173	3. Venda com reserva de propriedade e operações semelhantes	212
2.3.4.1.1. Abertura do incidente na sentença declarativa de insolvência	173	3.1. Insolvência do vendedor ou locador	213
2.3.4.1.2. Abertura ulterior do incidente	174	3.2. Insolvência do comprador ou locatário	213
2.3.4.1.3. Tramitação subsequente	175	4. Venda sem entrega	214
2.3.4.2. Efeitos	179	5. Promessa de contrato	215
2.3.5. O incidente limitado de qualificação	180	5.1. Regime jurídico	215
2.3.5.1. Âmbito de aplicação	180	5.2. Insolvência do promitente-vendedor nas promessas obrigacionais com traditio	218
2.3.5.2. Tramitação	180	5.2.1. A questão	218
2.3.5.3. Efeitos	181	5.2.2. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 4/2014	220
		6. Operações a prazo	222

7. Contrato de locação	223
7.1. Insolvência do locatário	223
7.2. Insolvência do locador	225
8. Contratos de mandato e de gestão	229
9. Contrato de prestação duradoura de serviço	230
10. Procurações	231
11. Contrato de trabalho	231
11.1. A insolvência do trabalhador	231
11.2. A insolvência do empregador	232
12. Cessão e penhor de créditos futuros	238
13. Contas-correntes	239
14. Associação em participação	240
15. Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico	244
16. Imperatividade	247
§5 Resolução em benefício da massa insolvente e impugnação pauliana	248
1. Considerações preliminares	248
2. Resolução condicional	249
3. Resolução incondicional	253
4. Forma de resolução e prescrição	256
5. Oponibilidade a terceiros	259
6. Impugnação	260
7. Efeitos	261
8. Impugnação pauliana	262
§6 Cessação dos efeitos da declaração de insolvência	264
 CAPÍTULO V – A FASE EXECUTIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	 266
§1 Considerações prévias	266
§2 Verificação e graduação dos créditos	266
1. Noções gerais	266
2. O apenso de verificação e graduação dos créditos	267
2.1. Reclamação dos créditos	268
2.1.1. Créditos reclamáveis	268
2.1.2. Tramitação	270
2.1.3. Lista de credores	273
2.1.4. Impugnação da lista de credores reconhecidos	275
2.2. Saneamento do processo	278
2.3. Instrução	279
2.4. Julgamento	279
2.4.1. Sentença de verificação e graduação dos créditos	280

2.4.2. Os créditos sobre a massa	283
2.4.3. Os créditos sobre a insolvência	286
2.4.3.1. Os créditos garantidos	286
2.4.3.2. Os créditos privilegiados	290
2.4.3.3. Os créditos comuns	290
2.4.3.4. Os créditos subordinados	291
2.4.3.4.1. As pessoas especialmente relacionadas com o devedor	292
2.4.3.4.2. Os juros	296
2.4.3.4.3. A subordinação convencional	297
2.4.3.4.4. Outros créditos subordinados	297
3. O apenso de verificação ulterior de créditos	298
§3 A massa insolvente	302
1. Noção	302
2. Objeto	302
3. Função	305
4. Providências conservatórias	305
5. Inventário	307
6. Relatório	307
7. Administração	308
7.1. Princípio geral	308
7.2. Administração pelo devedor	309
7.2.1. Requisitos	309
7.2.2. Poderes do devedor	311
7.2.3. Outros efeitos da administração pelo devedor	312
7.2.4. Termo da administração	313
8. Liquidação	314
8.1. Considerações prévias	314
8.2. Momento processual	316
8.2.1. Trânsito em julgado da sentença	317
8.2.2. Assembleia de credores de apreciação do relatório	317
8.3. Casos em que não há liquidação	318
8.3.1. Dispensa da liquidação	318
8.3.2. Interrupção da liquidação	318
8.3.3. Suspensão da liquidação	319
8.3.4. Isenção de liquidação	320
8.4. Procedimento	320
8.5. Casos especiais	323
8.5.1. Necessidade de consentimento	323
8.5.2. Alienação da empresa	325

8.5.3. Alienação de bens objeto de garantia real	327	4.4.4. Manifesta inexecutabilidade do plano	358
§4 Pagamento	329	4.5. Oposição do administrador da insolvência	359
1. Créditos sobre a massa	329	4.6. Termos subsequentes	359
2. Créditos sobre a insolvência	330	4.7. Aprovação	362
2.1. Considerações gerais	330	4.7.1. Considerações prévias	362
2.2. Créditos garantidos	331	4.7.2. Quórum constitutivo	363
2.3. Créditos privilegiados	331	4.7.3. Quórum deliberativo	365
2.4. Créditos comuns	332	4.8. Homologação	366
2.5. Créditos subordinados	332	4.8.1. Considerações preliminares	366
3. Rateio final	333	4.8.2. Não homologação oficiosa	367
4. Casos especiais	333	4.8.3. Não homologação a solicitação dos interessados	368
4.1. Pagamento no caso de devedores solidários	333	4.8.4. Efeitos	370
4.2. As obrigações sob condição suspensiva	334	4.8.5. Os direitos dos credores contra os codevedores e os terceiros garantes	373
4.3. As obrigações sob condição resolutiva	336	4.9. Vicissitudes	376
CAPÍTULO VI – CASOS ESPECIAIS	337	4.10. Fiscalização	377
§1 Considerações preliminares	337	§3 Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	378
§2 O plano de insolvência	337	1. Considerações preliminares	378
1. Noções gerais	337	2. Exoneração do passivo restante	379
2. Natureza jurídica	338	2.1. Noções introdutórias	379
3. Âmbito subjetivo	340	2.2. Pressupostos	379
4. Tramitação	340	2.3. Tramitação	382
4.1. Legitimidade ativa	340	2.3.1. Requerimento	382
4.1.1. O administrador da insolvência	341	2.3.2. Despacho inicial	384
4.1.2. O devedor	342	2.3.2.1. Cessão do rendimento disponível	385
4.1.3. Os credores	343	2.3.2.2. Obrigações do devedor	389
4.1.4. Os responsáveis legais	344	2.3.2.3. Cessão antecipada do procedimento de exoneração	390
4.2. Conteúdo	344	2.3.2.4. O período da cessão e o encerramento do processo	391
4.2.1. Breve conspecto	344	2.3.3. Despacho final	394
4.2.2. O novo paradigma da recuperação	345	3. Os devedores não empresários ou titulares de pequenas empresas	395
4.2.3. Providências	346	3.1. Âmbito de aplicação	395
4.2.3.1. Providências com incidência no passivo	348	3.2. Regime jurídico	395
4.2.3.2. Providências societárias	349	3.2.1. O plano de pagamentos aos credores	396
4.2.4. Os créditos fiscais	353	3.2.1.1. Tramitação	396
4.3. Oportunidade	355	3.2.1.2. Aprovação	398
4.4. Admissão da proposta	356	3.2.1.3. Homologação	400
4.4.1. Considerações prévias	356	3.2.1.4. Efeitos	400
4.4.2. Violação dos preceitos sobre legitimidade e conteúdo	356		
4.4.3. Manifesta inverossimilhança da aprovação ou da posterior homologação do plano de insolvência	357		

3.2.2. A insolvência de ambos os cônjuges	401	4.4. Impugnação da lista provisória de créditos	446
§4 Benefícios fiscais	404	4.5. Sociedades em relação de domínio ou de grupo	450
CAPÍTULO VII – ENCERRAMENTO DO PROCESSO	407	4.6. Negociações	450
§1 Âmbito de aplicação	407	4.7. Depósito da versão final do plano	454
§2 Publicidade	408	4.8. Conteúdo do plano	455
§3 Efeitos	408	4.9. Votação do plano	456
PARTE II – OUTROS INSTRUMENTOS (HÍBRIDOS E EXTRAJUDICIAIS)	411	4.9.1. Direito de voto	456
CAPÍTULO I – O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO	411	4.9.2. Aprovação por maioria	457
§1. Considerações prévias	411	4.9.3. Aprovação da empresa	458
§2. Características	412	4.9.4. Não aprovação	459
§3. Âmbito de aplicação	413	4.10. Homologação do plano	460
1. Âmbito subjetivo	413	4.10.1. Recusa oficiosa	461
2. Âmbito objetivo	415	4.10.2. Recusa a solicitação dos interessados	462
§4. Tramitação	417	4.10.3. Efeitos da homologação	464
1. Requerimento	417	4.10.4. Os créditos públicos	465
2. Despacho liminar	420	4.11. Efeitos da falta de aprovação/homologação	469
3. Despacho de admissão	422	5. Encerramento do processo	471
3.1. Conteúdo. Nomeação do administrador judicial provisório	422	5.1. Trânsito em julgado da decisão homologatória	473
3.2. Publicidade	425	5.2. Outras causas	474
3.3. Efeitos	426	6. Cessação de funções do administrador judicial provisório	476
3.3.1. Efeitos processuais	426	§5. Garantias	477
3.3.1.1. Ações para cobrança de dívidas	427	1. Manutenção das garantias	477
3.3.1.2. Processos de insolvência	430	2. Privilégio creditório pelo financiamento	478
3.3.1.3. Duração dos efeitos processuais	431	3. O caso especial dos garantes	480
3.3.2. Efeitos substantivos	432	§6. Incumprimento	481
3.3.2.1. Proibição de prática de atos de especial relevo	432	§7. Segundos PER'S	483
3.3.2.2. Serviços públicos essenciais	435	§8. Homologação de acordos extrajudiciais	484
3.3.2.3. A suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	436	1. Abertura do processo	484
3.3.3. Efeitos do PER <i>versus</i> efeitos da declaração de insolvência	438	2. Despacho liminar	485
4. Tramitação subsequente	439	3. Reclamação de créditos	486
4.1. Dever de comunicação	439	4. Modificação do acordo	486
4.2. Reclamação de créditos	440	5. Homologação	487
4.2.1. Regime jurídico	440	§9. PER <i>versus</i> Processo de insolvência	487
4.2.2. Créditos reclamáveis	441	CAPÍTULO II – O PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTO	489
4.2.3. Verificação ulterior de créditos	443	§1 Considerações prévias	489
4.2.4. Relevância prática	443	§2. Características	490
4.3. Lista provisória de créditos	445	§3. Âmbito de aplicação	491
		§4. Tramitação	492
		1. Requerimento	492

2. Despacho liminar	493
2.1. Considerações prévias	493
2.2. Despacho de admissão. Nomeação do administrador judicial provisório	493
2.2.1. Conteúdo e notificação	493
2.2.2. Efeitos	494
2.2.2.1. Efeitos processuais	494
2.2.2.2. Efeitos substantivos	495
2.3. Tramitação subsequente	498
2.3.1. Reclamação de créditos	498
2.3.2. Negociações	499
2.3.3. Votação e aprovação	500
2.3.4. Homologação do acordo	502
2.3.5. Falta de aprovação ou de homologação	503
3. Encerramento do PEAP	505
4. Cessação de funções do administrador judicial provisório	505
§5. Garantias	506
1. Manutenção das garantias	506
2. Privilégio creditório pelo financiamento	506
§6. Incumprimento do acordo de pagamento e segundos PEAP's	507
§7. Homologação de acordo extrajudicial de pagamento	508
CAPÍTULO III – O REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	509
§1 Introdução	509
§2. Âmbito de aplicação	510
1. Âmbito subjetivo	510
1.1. O devedor	510
1.2. O credor	511
2. Âmbito objetivo	512
§3. Características	513
§4. As negociações do acordo de reestruturação	515
1. Protocolo de negociação	516
2. Os efeitos do depósito do protocolo de negociação	519
2.1. Efeitos sobre o devedor	519
2.2. Efeitos sobre os credores	520
2.3. Efeitos processuais	521
2.4. Efeitos sobre contratos de prestação de serviços essenciais	523
2.5. Suspensão do dever de apresentação à insolvência	525
3. Encerramento das negociações	525
3.1. Causas	525

3.2. Efeitos	526
3.3. Novas negociações	527
§5. O acordo de reestruturação	527
1. Conteúdo e formalidades	527
2. Efeitos	529
2.1. Efeitos sobre os credores	529
2.2. Efeitos sobre as garantias prestadas pelo devedor	529
2.3. Efeitos sobre as garantias prestadas por terceiro	529
2.4. Efeitos processuais	530
2.5. Efeitos fiscais	530
2.5.1. Pressupostos	530
2.5.2. Vantagens fiscais	531
2.6. Resolução em benefício da massa insolvente	532
2.7. O caso especial dos trabalhadores	534
2.8. Incumprimento	535
2.9. Responsabilidade dos titulares dos órgãos de administração	536
§6. RERE <i>versus</i> processo de insolvência	537
§7. RERE <i>versus</i> PER	537
CAPÍTULO IV – A CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	538
§1. Introdução	538
§2. Âmbito de aplicação	539
§3. Medidas societárias	540
1. Aumento do capital social	541
2. Redução do capital social	542
3. Transformação da sociedade devedora noutra de tipo distinto	542
4. Exclusão de todos os sócios	542
§4. Conversão voluntária	543
1. A proposta de conversão	543
2. A apresentação da proposta	544
§5. Conversão judicial	544
§6. Processo de insolvência	547
§7. Apreciação crítica	548
PARTE III – O DIREITO INTERNACIONAL DA INSOLVÊNCIA	551
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	551
CAPÍTULO II – O DIREITO EUROPEU	553
§1. Aspectos gerais	553

§2. Âmbito de aplicação	555
§3. Competência internacional	557
1. Apreciação oficiosa	557
2. Competência internacional para o processo principal de insolvência	558
3. Competência internacional para o processo territorial ou secundário de insolvência	561
§4. A lei aplicável	562
1. Princípio geral	562
2. Casos especiais	563
§5. Reconhecimento e efeitos da decisão de abertura do processo de insolvência noutro Estado-Membro	566
1. Princípio geral	566
2. Prova da nomeação do administrador da insolvência e exercício das suas competências	569
§6. Processo secundário de insolvência	571
1. Pressupostos de abertura	571
2. Processo principal versus processo territorial (ou secundário)	573
3. Deveres de cooperação e comunicação em processos abertos contra o mesmo devedor	576
4. Reclamação de créditos	578
§7. Processos de insolvência relativos a membros de um grupo de sociedades	579
 CAPÍTULO III O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	 583
 BIBLIOGRAFIA	 585
 ÍNDICE DE ASSUNTOS	 603
 ÍNDICE GERAL	 609